

Ensino de cinema no Brasil

Maria Dora G. Mourão*

É principalmente a partir dos anos 60 que o ensino de cinema constitui-se de maneira regular e passa a ter um papel preponderante junto ao meio da produção cinematográfica mundial. Nesse período vemos surgir ou consolidar-se escolas de alta capacitação profissional e/ou de nível universitário. Talvez as grandes transformações sociais e culturais acontecidas no decorrer daquela década tenham aberto espaço para o fortalecimento de uma política de formação na área do cinema e, também, da televisão.

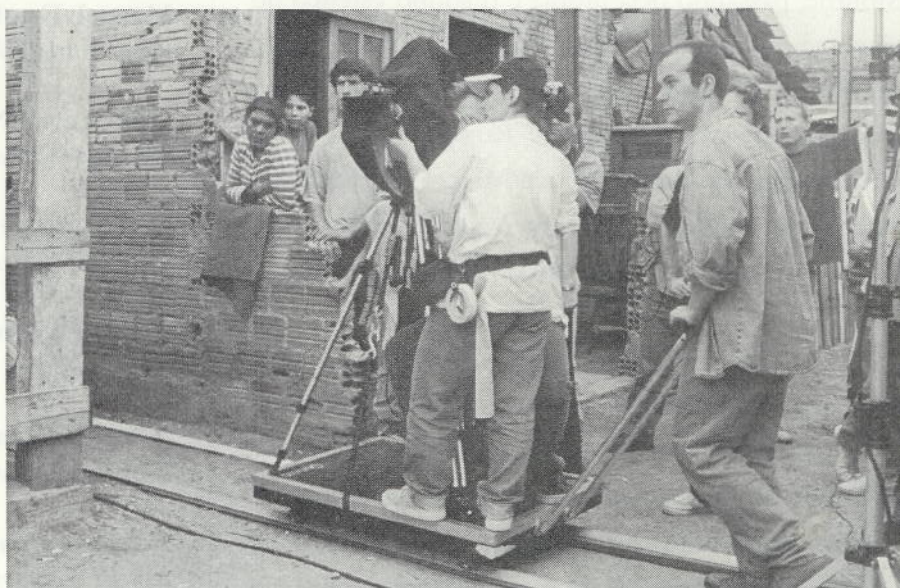
A valorização do “cinema de autor”, marca indelével dos anos 60, que surge em contraposição à indústria hollywoodiana ou ao “cinema de produtor”, teve como referência não somente questões de linguagem mas, principalmente, a criação de uma nova estética e a defesa de uma postura ideológica. As escolas, então, configuram-se como espaços de experimentação e de reflexão que, de uma certa maneira, preservam e institucionalizam esse movimento.

Seguindo os passos das grandes mudanças acontecidas em algumas das cinematografias mundiais, o cinema brasileiro tomou o caminho do Cinema Novo. Assim como a Nouvelle Vague francesa retomou o impacto modernista do cinema dos anos 20, o Brasil acompanhou a renovação da linguagem cinematográfica e as mudanças na maneira de produzir.

Havia uma forte inquietação nos meios cinematográficos brasileiros quanto aos novos rumos. O movimento cineclubista crescia, eram organizadas palestras, seminários e debates. Era grande a

demanda por eventos que colocassem o cinema como pauta para reflexão.

É nesse panorama que surgem os primeiros cursos de cinema no Brasil. As Universidades abrem espaço para um novo tipo de formação: a do realizador cinematográfico com um perfil adequado aos novos ventos. Ou seja, o do cinema de autor que seguia um modelo de produção independente. A estrutura curricular dos primeiros cursos, o da Universidade de Brasília criado em 1962 seguido pelo curso da Universidade de São Paulo criado em



1967 e depois pelo curso da Universidade Federal Fluminense criado em 1969, tinha como característica a quebra da rigidez universitária permitindo uma ampla formação cultural e profissional. No entanto, o objetivo principal era o da formação de diretores, objetivo este em total consonância com a ideologia dominante do cinema de autor, além de enfatizar a prática de um cinema de pesquisa e de reflexão de nossa realidade social.

As mudanças políticas que iniciam em 1964 com a implantação da ditadura militar, determinam

uma mudança de rumos a partir de 1968. A proposta inicial de criar cursos ágeis, com estruturas curriculares maleáveis que permitissem uma formação que estivesse de acordo com os ideais da época, modifica-se e adapta-se lentamente à nova realidade política, social e econômica imposta pelos militares no poder.

A Universidade cerceia a pretensão de liberdade dos cursos e, para que continuem existindo dentro dela, são obrigados a reorganizar-se dentro dos padrões acadêmicos clássicos de formação universitária.

Em meados dos anos 70 fortalece-se a proposta de inserir a formação dita profissionalizante dentro do rótulo de comunicador social. Dessa maneira, os cursos de cinema, assim como os de jornalismo e relações públicas, entre outros, são obrigados a seguir o currículo mínimo de Comunicação Social ficando, então, encerrados numa camisa de força que não lhes pertencia. A Universidade formava, assim, “comunicadores sociais com habilitação em cinema”, um profissional com sérios problemas de inserção no mercado de trabalho da época.

A partir do início dos anos 90, e após muitos debates, foi possível desvincular o ensino de cinema da obrigatoriedade de obedecer ao currículo mínimo de Comunicação Social. Atualmente, a nova Lei de Diretrizes e Bases abre um novo caminho que permite retomar a liberdade de organizar a estrutura curricular de acordo com a especificidade da área e em total consonância com a nova configuração do audiovisual dentro do qual o cinema se insere.

O cenário mundial referente às maneiras como nos comunicamos está mudando rápida e dramaticamente. A multimídia, aliada a sistemas interativos, é cada vez mais difundida como forma de entretenimento, de informação e de criação artística. Estamos diante de novos processos de produção que priorizam a convergência de mídias, rompendo o padrão linear de produção, distribuição e consumo de obras audiovisuais dentro de um

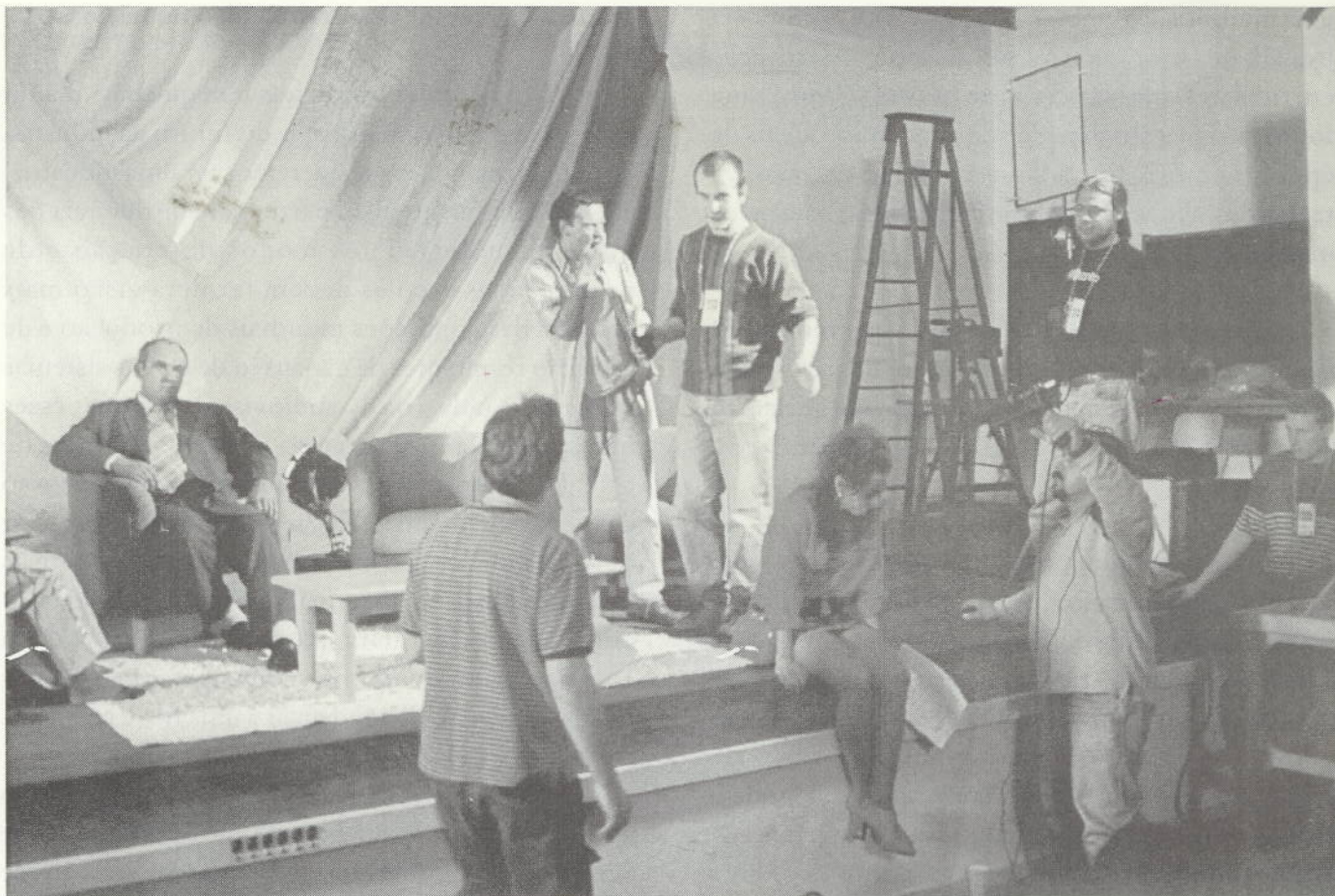
mesmo segmento (cinema ou vídeo ou televisão).

As escolas brasileiras têm que passar a ter uma visão profissional acerca do futuro da indústria do audiovisual, se é que queremos ter uma indústria. Além de darem atenção particular à influência das novas tecnologias nos modos de criação e de produção, as escolas devem ter uma visão mais acurada das condições mundiais de produção e de exibição resultantes da expansão de novos sistemas aplicados à indústria do audiovisual. Sistemas esses que surgem em decorrência das novas formas de exibição determinadas, por um lado, pela expansão das redes de satélites e das telecomunicações e, por outro, da integração crescente entre as tecnologias da comunicação e informatização digitalizadas. O cinema, dessa maneira, passa a fazer parte de um contexto maior e o obriga a convergir com os novos meios no sentido de se adequar a uma nova realidade.

Inserir a discussão sobre a formação audiovisual no atual panorama brasileiro é de fundamental importância. No momento em que se retoma a produção de maneira significativa, em que as novas tecnologias nos oferecem instrumentos diferenciados para a realização e abrem-se novos espaços de circulação de produtos audiovisuais, é importante refletir sobre o significado e os parâmetros para a formação profissional na área.

O Brasil ainda está engatinhando na reflexão sobre a formação. Nunca houve de fato uma preocupação em debater propostas de políticas de formação que acompanhassem as discussões sobre as políticas de incentivo à produção. No entanto a produção, assim como a distribuição/exibição, não pode em hipótese alguma estar dissociada da pesquisa (tecnológica, dramática e de linguagem), e da formação em todos os níveis (técnico profissionalizante, de especialização e superior).

A maioria dos cursos existentes no Brasil estão integrados a Universidades o que, se por um lado é altamente positivo ao tomarmos como parâmetro um ensino onde a reflexão e a experimentação têm papel importante, por outro, há



sérios problemas no que diz respeito ao saber mais especializado do ponto de vista tecnológico pois as Universidades não têm condições de acompanhar os rápidos avanços na área.

Assim, estamos diante de uma situação contraditória: discute-se como incentivar o aumento de produção principalmente cinematográfica, acorda-se para o problema de que não adianta discutir produção sem ter como distribuir e exhibir de maneira adequada, mas não se cuida da formação que é, sem dúvida, uma das sustentações da tão decantada indústria do cinema e do audiovisual.

Nunca conseguiremos avançar de maneira conseqüente na implantação de uma indústria que nos interesse se não levarmos em consideração que para criar as bases é necessário haver também uma política de incentivo à formação.

Professora do Depto. de Cinema, Rádio e TV da ECA-USP
Presidente da FEISAL – Federação Ibero-Americana de
Escolas de Imagem e Som